

A DESCRIMINALIZAÇÃO DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO AO PÚBLICO DE FONOGRAMAS E VIDEOGRAMAS EDITADOS COMERCIALMENTE

10 de abril de 2019 | Assembleia da República

PROGRAMA

- 09:30 h Receção aos Convidados;
- 09:45 h Abertura dos trabalhos - Deputado Pedro Bacelar de Vasconcelos (Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias);
- 10:00 h Enquadramento: o Direito de Comunicação Pública na jurisprudência do TJUE e nos Tribunais Portugueses - Dr. Victor Castro Rosa (Gabinete de Estudos e Relações Externas da GEDIPE-Associação Para A Gestão Coletiva De Direitos De Autor E De Produtores Cinematográficos E Audiovisuais);
- 10:20 h A questão da competência para a instrução dos processos contraordenacionais, para a aplicação de coimas e para a apreciação dos recursos - Dr. Miguel Lourenço Carretas (Diretor-Geral da Audiogest Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos);
- 10:40 h Coffee-Break;
- 11:00 h O processo judicial de efetivação do direito de comunicação ao público - prova testemunhal, providências cautelares e pagamento voluntário da coima com obtenção da licença -Dr. António Paulo Santos (Diretor-Geral da GEDIPE);
- 11:20 h A experiência do licenciamento dos estabelecimentos hoteleiros e comerciais - importância do quadro sancionatório e das sanções acessórias de perda de equipamentos a favor do Estado - Dr. Eduardo Simões (Diretor Jurídico da GDA-Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL);
- 11:40 h Debate;
- 12:20 h Intervenção dos Grupos Parlamentares;
- 13:00 h Encerramento.